



Universidade de Brasília

Instituto de Relações Internacionais

Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais

XVI Curso de Especialização em Relações Internacionais

**ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DO BRASIL 2014: A IMPRENSA  
INTERNACIONAL COMO JANELA DO PAÍS**

**BRUNA SILVA ROMA**

Artigo apresentado como requisito parcial  
para obtenção do título de Especialista em  
Relações Internacionais

Orientador: Professor Doutor Virgílio Arraes

Brasília

2015

## RESUMO

No mundo todo, os meios de comunicação são questionados sobre sua influência e, até mesmo, manipulação da opinião pública. Mas o que acontece quando jornais estrangeiros veiculam reportagens sobre um determinado país? Este artigo pretende analisar, com base no construtivismo social, a cobertura jornalística de importantes veículos mundiais – *The New York Times*, dos Estados Unidos, e *The Guardian*, da Inglaterra, sobre as eleições presidenciais brasileiras de 2014, e assim verificar como os veículos de comunicação atuam e influenciam as políticas externas de seus países para com o Brasil.

## ABSTRACT

Around the world, media has been asked about its power of influence and, even, of manipulation on public opinion. But what do happen when stranger journals write about some specific country? This article intends to analyse, with bases in social constructivism, the journalistic covered by two relevant newspapers – *The New York Times*, from United States, and *The Guardian*, from England -, about the Brazil's presidential election/race in 2014. This work will be important to verify the way of those vehicles of communication are telling stories about Brazil and how this way influence the external politics from their countries to Brazil.

**Palavras-chave:** eleições, *Guardian*, *Times*

## 1. Introdução

“Journalists in democracy are charged with monitoring the exercise of power”  
(MCNAIR, 2009:239)

Quando Brian McNair, sociólogo britânico especializado em mídia, expõe em seu artigo chamado “Jornalismo e Democracia”<sup>1</sup>, que jornalistas numa democracia são acusados de controlar (monitorar) o exercício do poder, não só mantém como abre ainda mais a discussão sobre a relação da formação da opinião pública por meio da atividade da imprensa e de sua influência nas decisões políticas de um Estado.

A partir dessa ideia principal, pretende-se ampliar os estudos, trazendo o tema mídia e Estado para o âmbito das Relações Internacionais, sem a intenção de esgotar o assunto, mas, sim, de oferecer outros caminhos e novas reflexões, contribuindo, assim, para estudos futuros.

Assim como as Relações Internacionais, a Comunicação Social é uma área relativamente nova no campo das ciências. Os fenômenos estudados de ambos os campos do conhecimento sempre foram associados a outras ciências como Política, Sociologia, Antropologia, o que torna este trabalho ainda mais complexo do ponto de vista acadêmico, uma vez que ambas as áreas se convergem em diversos pontos e suas orientações teóricas fazem uso de formulações de outras áreas de estudo. Deste modo, para o presente trabalho, os esforços se concentram em tentar simplificar ao máximo as orientações seguidas a fim de promover um trabalho linear sobre a influência da imprensa nas relações entre nações.

Para isso, pretende-se analisar a cobertura das eleições presidenciais do Brasil, no ano de 2014, feita por dois veículos de comunicação *on-line*: os jornais *The New York Times*, publicação com origem nos Estados Unidos, e *The Guardian*, de origem britânica. Ambos têm origem no jornal impresso de grande respeito, são considerados mais progressistas, apresentam relevante audiência em seus países e no mundo, possuem correspondentes *in loco* (no caso, no Brasil), e permitem, a partir de um estudo de caso comparativo, obter a visão que o mundo anglo-saxão tem da

---

<sup>1</sup> HANTZSCH, Thomas. WAHL-JORGENSEN, Karin. **The Handbook of Journalism Studies**. New York and London: Routledge, 2009.

política brasileira e entender as políticas externas de ambos os países para com o Brasil como causa e/ou consequência dessa visão.

## **2. Internet: a certeza da globalização**

“O fenômeno da globalização [...] é um processo de difusão e intensificação das relações culturais, sociais e econômicas através das fronteiras internacionais – ou seja: engloba praticamente tudo: a economia, a política, a tecnologia, a comunicação etc.” (JACKSON & SORENSEN, 2013:306)

Tanto no âmbito das Relações Internacionais como das Ciências Sociais, analisar o conceito “globalização” é tarefa bastante complexa, uma vez que ela é um fenômeno que ocorre em diversas esferas, motivado também por inúmeros fatores, entre os quais se destaca a “mudança tecnológica impulsionada pela competição econômica implacável entre as empresas”<sup>2</sup>, o que abarca, ainda, a ideia de que “a globalização também significa que os elementos que compõem o mundo se tornam menores e bem mais numerosos, não só na esfera econômica, mas também na política, acarretando profundas consequências para o Estado”, ainda segundo Jackson & Sorensen. Ambas as definições se encaixam perfeitamente ao se falar de globalização e comunicação, e mais especificamente sobre jornalismo internacional.

Muito tempo antes de serem estabelecidas tais definições acerca do fenômeno da globalização e suas implicações econômicas e políticas, a mídia já fazia o papel de agente promotor dela por meio da difusão da informação - tratado por Marshall McLuhan como o fenômeno “Aldeia Global”. O conceito insere os habitantes do planeta numa grande aldeia cuja comunicação é favorecida por meios quentes e meios frios, classificação dada de acordo com o grau de interatividade do meio de comunicação para com o interlocutor (que, no caso, não convém explorar nem detalhar mais por ser um conceito, apesar de correto, já defasado devido, justamente, aos avanços tecnológicos).

Nessa aldeia, impulsionada pelas diversas formas de comunicação, destaca-se o jornalismo internacional, repleto de informações e, em determinados casos e veículos, opiniões sobre o mundo, por meio de seus correspondentes – enviados

---

<sup>2</sup> JACKSON, R. SORENSEN, G. Introdução às Relações Internacionais. Rio de Janeiro: 2013, p.307

especiais cuja função é, exatamente, retratar o outro país, sua cultura, sua política, sua economia, seu território para muitos, ainda desconhecido. Os meios de comunicação de massa tornaram-se importantes ferramentas para todo o movimento de globalização e a eles se atribui o dinamismo e a velocidade com que se vencem fronteiras, culturas, idiomas, religiões, regimes políticos, diversidades e desigualdades socioeconômicas, e hierarquias raciais.

“Em poucos anos, na segunda metade do século XX, a indústria cultural revoluciona o mundo da cultura transforma radicalmente o imaginário de todo o mundo. Forma-se uma cultura de massa mundial, tanto pela difusão das produções locais e nacionais como pela criação diretamente em escala mundial. São produções musicais, cinematográficas, teatrais e muitas outras, lançadas diretamente no mundo como signos mundiais ou da mundialização. (IANNI apud VICENTE, 2009: 138-139)

Mas antes de abordar-se o atual exercício do jornalismo internacional que envolve, hoje, a intermediação de agências de notícias e outros filtros, e sua função que vai além da integração dos habitantes do globo, vale observar que o jornalismo internacional surgiu muito antes da internet, ferramenta que se tornou essencial para a editoria. Pode-se dizer que, no Brasil, os primeiros registros desse tipo de notícia são do próprio descobrimento do país, quando Pero Vaz de Caminha fez a primeira carta ao reino de Portugal que já noticiava como era a terra encontrada. As evoluções tecnológicas na área da comunicação, nesses 515 anos que se passaram, foram muitas e o jornalismo fez uso de todas – telefone, telex, fibra óptica, fax, computador, entre muitos outros até se chegar à internet.

À medida que a tecnologia avançava (e avança), o jornalismo caminha também, e as empresas de comunicação se adaptam para, assim como qualquer empresa que visa lucro e domínio de mercado, se destacarem perante as demais. Para suprir um mercado que necessitava de notícias internacionais, mas que era oneroso para as empresas locais que precisariam dispor de um correspondente expatriado, no nicho em questão, surgiram as agências de notícia, que se concentraram no hemisfério norte, em países desenvolvidos como França, Inglaterra, Alemanha e Estados Unidos.

A criação das agências acabou ampliando a divulgação de notícias internacionais, uma vez que foi possível a distribuição de um mesmo texto, assinado

pelas agências contratadas por centenas de jornais e, assim, as agências passaram a ter um importante papel na comunicação mundial.

A *Reuters*, por exemplo, foi a primeira a noticiar, em 1865, o assassinato do então presidente dos Estados Unidos, Abraham Lincoln. Segundo conta o jornalista João Batista Natali, no livro “Jornalismo Internacional”, publicado em 2004, a notícia que seguia por malote, em navio, pelo litoral da Europa fora interceptada ainda na Irlanda, de onde fora transmitida a Londres por telégrafo. “Um grande furo, que provocou previsível caos no mercado das ações e de matérias-primas”, ainda de acordo com Natali.

O jornalista também expõe que, uma das consequências do que chama de “generalização dos serviços das agências de notícias” foi um “relativo apartidarismo do noticiário” como uma postura de mercado e não como uma postura ética. Natali ainda aponta que

“o apartidarismo tornou-se, com o tempo, um procedimento normal de focar os acontecimentos. Ele fora por muito tempo exceção, ao ponto de o *Guardian* (inicialmente *Manchester Guardian*, de periodicidade semanal e hoje talvez o melhor jornal diário britânico) surgir com frequente destaque na história do jornalismo internacional por ter, em 1871, enviado correspondentes para o lado francês e para o lado prussiano da guerra entre aqueles dois países”. (NATALI, 2004:18)

A diferença de uma cobertura feita por agências e de uma realizada pelo próprio veículo passa a dar um peso às informações veiculadas e aos próprios veículos de comunicação,

“Para diversos autores (UTZERI, 1990; RODRIGUES, 2002; BERABA, 2005), a importância fundamental do correspondente no exterior é conferir ao jornal a possibilidade de construir sua própria narrativa dos fatos distantes sem recorrer à intermediação – tecnológica e discursiva – das agências de notícias e da imprensa estrangeira.” (AGUIAR, 2008:43)

Mas tais serviços são utilizados até hoje, inclusive por empresas que mantêm correspondentes *in loco*, como é o caso do *The New York Times*. Ainda será visto, neste trabalho, que há uma relação direta entre as orientações políticas da agência de notícias e da empresa jornalística que contrata seus serviços. Talvez seja por isso que a figura do enviado especial de um veículo de comunicação tornou-se tão essencial para a própria credibilidade do mesmo. Na cobertura da Primeira Guerra Mundial, por exemplo, os jornais que ficaram dependentes de agências internacionais, obtinham não somente o relato do fato, em si, mas também informações advindas de

uma postura interpretativa, baseada em simpatias e antipatias para com um dos lados, como também apresentado por NATALI (2004).

A ONU, por meio da Unesco, entre outras organizações, até tentou remodelar a maneira de distribuição de notícias propondo a Nova Ordem da Informação e Comunicação (Nomic), cuja função seria diminuir as assimetrias dos fluxos mundiais de informação entre países pobres e ricos, que não deu certo, uma vez que fora “condenado pelos Estados Unidos e pelo Reino Unido que o consideraram como um ataque à liberdade de imprensa e à doutrina do livre fluxo de informações” (AGUIAR, Pedro. **Jornalismo Internacional em redes**, Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008).

Tal proposta surgiu após a Unesco publicar um documento chamado “Relatório MacBride” em que expôs uma análise dos problemas de comunicação no mundo em sociedades modernas, principalmente em relação à comunicação de massa e à imprensa internacional, em 1980. O autor lembra, também, que “os proponentes da Nomic observaram que este percurso da informação era semelhante ao do comércio de valor desigual entre os hemisférios Norte e Sul, reproduzindo no campo da Comunicação as mesmas relações de dominação e dependência existentes da Economia”.

“No modelo estruturalista de comunicação, a informação processada flui dos países subdesenvolvidos para os países desenvolvidos do Ocidente ou do Norte, como ocorre com as matérias-primas da indústria. Os usuários da informação nos países desenvolvidos interpretam, processam e agem sobre esta informação, redistribuindo-a por sua vez para os estados clientes, junto com mais informação sobre suas próprias atividades, cultura e política. Assim, os países do Terceiro Mundo acabam sendo vistos pelos olhos dos intérpretes da informação nos países desenvolvidos, cujas empresas controlam tanto as finanças quanto as infraestruturas do sistema de distribuição, enquanto os países em desenvolvimento quase nunca recebem as últimas informações, nem a latitude de intérpretes ao seu próprio favor. Bem como, em termos de puro volume, ficam muito pra trás.” (BROWN-SYED apud AGUIAR, 2008:48)

É possível classificar essa como uma tentativa do exercício de governança global sobre a mídia internacional, ironicamente barrada pelos dois países que, ao longo da história a partir do desenvolvimento industrial, em algum momento ocuparam o lugar de “hegemon” perante o resto do globo. Como colocou HURRELL (1999:60), “a infraestrutura da crescente interdependência econômica, bem como o impacto das novas tecnologias, elevaram os custos e as dificuldades dos governos de

controlar os fluxos de informação” e isso facilitou a difusão de informações e valores, produzindo o fenômeno da Indústria Cultural, aumentando a integração dos povos e a capacidade de organização além das fronteiras nacionais, ideia também defendida por PAYNE (2008: 3)

“Among media functions is the integration of individuals into societies through inculcation of values, beliefs, attitudes, and behaviors consistent with those espoused by elites. The goal is achievable in the economic and political economies of the US only through concerted, propagandistic mass media manipulation consistent with practices of totalitarian regimes, in which news production conventions serve political interests.”

### *Do Brasil para o mundo*

Esta discussão nos abre espaço para a preocupação central deste trabalho – a influência do que é produzido e veiculado a partir de outros países sobre o Brasil que acaba tendo consequências diretas na opinião pública nos mesmos, o que, por fim, chega a influenciar o governo local e suas políticas externas direcionadas ao governo brasileiro.

A opinião pública “tem como vocação ser dominante e tem pouca importância que um determinado grupo tenha um julgamento diferente” (BECKER *in* RÉMOND, 1988:190). E complementa: “Num país dado, num momento dado, pode haver uma pluralidade de opiniões, mas só há uma opinião pública” (BURDEAU apud BECKER *in* RÉMOND, 1988), ponto de vista contraposto pela opinião exposta de historiadores que defendem que “a opinião pública revela um fervilhamento de opiniões particulares” (OZOUF apud BECKER *in* RÉMOND, 1988).

Existem alguns filtros para produção de notícia, definidos por Herman e Chomsky (2003) como os formadores de opinião, a publicidade, a relação da mídia com o poder, as reações negativas, entre outros. Greg A. Payne (2008: 2) faz referência a esses filtros ao citar os autores numa crítica sobre as forças que restringem a mídia:

“In addition to ownership, interlocking directorates exert influence over the news product. Members of boards of directors in various industries having substantial political, social, and

economic influence, including control over advertising dollars, the sine qua non of media commercial success, can also be found as consorts populating media boards of directors (Sheen, 2002; Lewis, J., Chomsky, N., and Herman E., 1997; Gandy, 1982, p. 201). Effectively, mass communication in the US is an oligopoly controlled by an oligarchy, with corporations having gained monopolistic control over the mass media product (Chomsky, 2002).”

A partir da ideia de que a opinião pública se trata da opinião mais evidente de um determinado país, pode-se afirmar que a informação que o povo recebe é proveniente dos meios de comunicação mais ouvidos, assistidos, lidos, o que coloca o jornalismo como fonte principal da formação dessa opinião. Isso, por sua vez, leva a pesquisa à outra preocupação que está absolutamente relacionada ao ponto inicial – a manipulação e/ou o condicionamento de determinadas coberturas jornalísticas que levam à formação de uma opinião pública orientada. Jean-Jacques Becker dá conceitos diferentes para “manipulação” e “condicionamento”:

“Pode-se definir a manipulação como a tentativa de provocar de maneira artificial uma reação da opinião pública, divulgando uma notícia falsa, organizando um atentado. Para dizer a verdade, não é muito fácil determinar a eficácia das manipulações da opinião pública. [...] O “condicionamento”, por sua vez, deve ser analisado nos dois níveis, do curto e do longo prazo. O primeiro pode ser antes de tudo o resultado da propaganda. Os regimes totalitários fizeram disso uma especialidade, embora não seja certo que a propaganda, conscientemente organizada de maneira obsessiva, atinja sempre os fins visados” (BECKER *in* RÉMOND, 1988:192-193)

Ainda para Becker, num país onde a imprensa é livre, existe uma grande chance que a opinião pública seja reflexo e se reflita nos jornais, e enfatiza que o papel dos jornais de reflexo ou guia de opinião demonstra que tais não são somente o “meio de expressão de espíritos independentes, mas também, e com muito mais frequência, de grupos de pressão diversos, políticos ou financeiros” (p.193). Ele ainda enfatiza que a imprensa é uma considerável produtora de “informações diversas que esclarecem as atitudes e os comportamentos” (p.193) fazendo o contraponto com a função base da imprensa de noticiar um fato com objetividade, de forma concisa.

Em uma democracia, jornalistas produzem a informação a fim de oferecer subsídios para que os cidadãos sejam, então, aptos a escolher um candidato ou um partido, por exemplo, por isso devem ser objetivos ao reportarem uma realidade política, mantendo-se neutros sem expor sua própria opinião sobre o assunto.

“Journalists provide the information on which citizens will be able to judge between competing candidates and parties. Journalists must be, in short, objective reporters of political reality, striving to be as neutral and detached as possible, even though they will hold their own political views. Partisanship in political journalism is permitted, but where it exists it should not pretend to be objective coverage, and should not crowd out of the public sphere the kind of detached, balanced reportage with which organizations such as the BBC, the Financial Times or the US TV networks are associated.” (MCNAIR, 2009: 239-240)

Com o advento da internet, o acesso à informação democratizou-se ainda mais, as distâncias desapareceram no mundo virtual, a instantaneidade das publicações tornou-se atrativa e a proximidade e a variedade das fontes de informação aumentaram.

“Pois a internet foi uma revolução de verdade para o jornalismo internacional. Ela fez com que o redator abandonasse seu papel passivo diante dos telegramas das agências. Deu a ele um poder de intervenção inimaginável na elaboração mais pessoal de um texto noticioso. [...] A internet é uma ferramenta barata e de extrema maleabilidade para buscar opiniões de especialistas e informações que contextualizem a matéria bruta que as agências nos entregam.” (NATALI, 2004:34)

No caso dos veículos aqui estudados, é importante salientar que eles foram escolhidos justamente por terem um grande público - de acordo com o site *alexa.com*<sup>3</sup>, que mede a audiência de sites do mundo todo, fazendo uma estimativa da popularidade do site e estabelecendo um ranking entre eles. Para isso, são combinados os dados das visitas diárias no site e das visualizações de página nos últimos três meses à consulta.

De acordo com esse dispositivo gratuito, o site *The Guardian* é o 157º site mais acessado do mundo, o 100º nos Estados Unidos e o 16º na Inglaterra. Ele tem mais audiência nos Estados Unidos (34,4% dos visitantes) e no Reino Unido (19% dos visitantes). O público feminino era maior que o masculino e a maioria do público tem curso de pós-graduação. Os dados mostraram que 2,04 páginas foram visitadas por dia no período analisado e que cada visitante ficou, em média, 3 minutos e 8 segundos no site acessado a partir do local de trabalho. Vale a pena salientar que, no dia em que foi acessado para compor este trabalho, 02/03/2015, o *theguardian.com* havia registrado, nos últimos três meses, uma queda de audiência e um aumento de 5% na taxa de rejeição do site, que chegou a 68,5%.

---

<sup>3</sup> Acesso em 02/03/2015

Já o *nytimes.com* apresentou índices mais confortáveis, mesmo que a taxa de rejeição tenha se mantido em 57% nos últimos três meses a contar do acesso também em 02/02/2015. Mais páginas por visitantes foram vistas – 2,44 – e o gasto médio de tempo por dia no site chegou a ser três vezes maior que no *theguardian.com* – 9 minutos e 57 segundos. A maior parte do público também era feminina e com nível de escolaridade era mais baixo, porém bem dividida entre pessoas com nível superior completo e incompleto, que acessaram as notícias a partir do ambiente escolar. O site apareceu como o 97º mais acessado do mundo e o 29º nos Estados Unidos, responsáveis por 73,8% da audiência. Apenas 1,9% da audiência estava concentrada no Reino Unido.

Com relação à qualidade dessas audiências, para o presente estudo, foi mantida a ressalva feita pelo jornalista João Batista Natali:

“Devemos nos lembrar de que o leitor da editoria Internacional faz parte de um segmento minoritário e mais bem informado do leitorado. É um leitor que possui critérios menos provincianos e mais metropolitanos de interesse. Política Internacional não é algo que nos interpele de maneira imediata, como um escândalo de corrupção no Congresso, ou então o saneamento básico, o transporte urbano e os índices de criminalidade na cidade em que moramos. Em outras palavras, esse leitor tem um grau de exigência para com seu jornal que deve ser respeitado por meio de certos princípios como o pluralismo de fontes às quais damos a palavra, e o apartidarismo, que consiste, sobretudo, em não implantarmos um clima de polarização que se tornou anacrônico após a Guerra Fria, mas desta vez tomando a única superpotência como a suposta bandida dentro de um mundo habitado por diferentes mocinhos”. (NATALI, 2004:32)

Assim, o jornalismo internacional consolidou-se como janela de um país para o outro como será visto a seguir.

### 3. Brasil e Reino Unido

“O Brasil é um ator cada vez mais importante na economia global e o Reino Unido quer ter um relacionamento mais completo com o país. Nós apoiamos empresas britânicas interessadas no país, com o objetivo de aumentar a exportação do Reino Unido para o Brasil em 50% em 2013”<sup>4</sup>. A preocupação exposta no *site* do

---

4

Disponível em: <http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDReinoUnido.pdf>, acesso em 02/03/2015.

governo britânico já pode ser considerada antiga. Mas de lá pra cá, pouco se avançou nas parcerias entre os países, apesar de que tal reconhecimento já se trata de um pequeno avanço na relação entre os países. Em 2012, foi estabelecido entre ambos, o “Diálogo de Nível Estratégico Reino Unido-Brasil” a fim de melhorar o compartilhamento de informações e de trabalhos realizados em parcerias dos dois países, especialmente acerca de temas de interesse internacional, como segurança, comércio e as mudanças climáticas.

Brasil e Inglaterra nunca foram parceiros comerciais de grandes volumes. A única relação mais enfática que é possível citar entre os dois países ainda tinha intervenção de Portugal, nos tempos da coroa. Hoje, o Brasil aparece como um parceiro comercial do Reino Unido que importou 3,4 bilhões de dólares de janeiro a novembro de 2014, o relativo 0,7% do que o Reino Unido exportou para o mundo. O equilíbrio das relações pode ser visto na contrapartida: o Reino Unido importou 3,9 bilhões de dólares em produtos brasileiros, o que representa 0,6% de todo material importando pelo Reino Unido no mesmo período.

O último relatório comercial entre Reino Unido e Brasil, elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores, demonstrou que o volume comercializado entre os dois países caiu significativamente de 2010 para 2014, sendo as exportações 17,3% menores e o intercâmbio comercial 9% menor. Curiosamente, a exportação de ouro e pedras preciosas, 515 anos após da descoberta do Brasil ainda faz parte da realidade comercial dos países, sendo os principais produtos comercializados até hoje.

Em entrevista para este artigo, o Consul Geral do Reino Unido no Brasil, Andrew Ford confirmou o interesse do país em fazer parcerias com o Brasil e que o principal foco da Embaixada do Reino Unido estaria no aumento das negociações e nos investimentos entre o governo britânico e o brasileiro, além de trabalhar com o Brasil internacionalmente com questões chaves como segurança global, que envolve mudanças climáticas, desenvolvimento e questões relacionadas à segurança internacional.

Ford explicou também que, hoje, as principais parcerias entre os países estão relacionadas à área da educação, da energia, da infraestrutura, do esporte e da pesquisa científica, e que há uma série de estratégias sendo desenvolvidas para

propor diálogos estratégicos entre os países, mas não revelou qual o foco de atuação da política externa britânica no Brasil, apesar de informar que há um grande interesse do país em estreitar acordos entre União Europeia e Mercosul, o que poderia, segundo Andrew Ford, proporcionar significantes benefícios econômicos para ambas as regiões.

Para o governo britânico, as relações diplomáticas entre os países têm aumentado, assim como os intercâmbios entre estudantes e os negócios entre empresas brasileiras e britânicas. Ford disse que o Brasil tem crescido significativamente e se tornado cada vez mais um parceiro comercial de grande interesse tanto dos Estados Unidos como da Inglaterra. E, quando questionado se o Reino Unido enxerga o Brasil como uma potência regional, a resposta na entrevista para este artigo foi ‘Não. Nós enxergamos o Brasil como uma potência global’<sup>5</sup>.

Com relação às eleições brasileiras de 2014, Ford contou que ficou impressionado com a eficiência e curto tempo em que um enorme número de votos foi processado e apurado, elogiando a democracia brasileira. Já sobre os candidatos, ele preferiu não responder, apenas afirmou que os aspectos positivos e negativos de cada um cabem ao povo brasileiro julgar. E sobre a cobertura das eleições brasileiras pelos jornais britânicos, ele explicou que deve ter sido difícil para a mídia britânica reportar o processo eleitoral no Brasil por ser muito diferente do que ocorre no Reino Unido. Com relação à eleição da presidente Dilma Rousseff, ele respondeu, ainda na mesma entrevista:

‘We already enjoy a close relationship with President Dilma and many of her ministers thanks to her visit to the UK for the London Olympics, Prime Minister Cameron's subsequent visit to Brazil, and the many visits in both directions by members of the UK and Brazilian governments, as well as visits here by members of the Royal Family such as Prince Harry, for example during the World Cup’.

O Reino Unido manteve-se como parceiro político-econômico importante de qualquer país do mundo. Para entender essa relação, é importante lembrar a história. Antes da 1ª Guerra Mundial, um conflito que eclodiu principalmente devido aos interesses de expansão de domínios de mercado e territorial, o papel de “hegemon” era exercido pela Inglaterra. O desenvolvimento industrial deu esse

---

<sup>5</sup> Entrevista respondida por e-mail. Brasília, 06/03/2015.

caráter de poder ao Estado que tinha essa referência, porém, se colocava de tal maneira num mundo em que o liberalismo clássico era dominante. Na política do *laissez-faire*, dominante nos Estados Unidos e nos países ricos da Europa, a interferência do governo era mínima na economia que corria livremente – seguia-se uma doutrina de livre mercado, livre competição, e a preocupação dos Estados se concentrava no cenário interno.

É importante destacar que a relação Estado-sociedade também se modificou e foi influenciada pelas mudanças de cenário e de regime. Durante a política do *laissez-faire*, também não havia interferência na vida do cidadão, que desfrutava da ascendência da classe média com a industrialização, e a relação de autoridade da Inglaterra nos mercados e negociações se refletiu na sociedade com uma nova relação de equilíbrio que expressava uma realidade coletiva. Essa relação continuou se adaptando e mergulhou mais profundamente, de fato, durante o período entre guerras, numa transformação das relações como com a terra, o trabalho, o capital, e o Estado aproveitou o momento com tentativas de restabelecer o controle social direto mais amplo, além do controle das forças de mercado.

Com o liberalismo ortodoxo condenado, os governos passaram a assumir muito mais responsabilidade direta para com a sociedade, visando a segurança social interna e da estabilidade econômica, e a extensão do sufrágio. O surgimento de eleitores da classe trabalhadora, partidos políticos e até mesmo de governos emergentes foram responsáveis, em parte, por essa nova dinâmica, mas as demandas de proteção social eram quase universais já que vinham de todos os lados do espectro político e de todas as fileiras de uma hierarquia social. Vale frisar que, com essa mudança de pensamento, para Ruggie (1982:388), que cita Nurkse em seu argumento, estava claro haver uma tendência crescente de se fazer uma política monetária internacional em conformidade com as políticas econômica e social domésticas e não o contrário. Ruggie (1982), ainda, lembra que o antigo regime colocava-se em contraposição às transformações no papel mediador do Estado entre o mercado e a sociedade, que alteravam fundamentalmente o propósito social da autoridade doméstica e internacional, e expõe que, por isso, os esforços para a construção de um regime econômico internacional daquele modo falharam e não por não haver um “hegemon”.

Já no período entre guerras, passou-se um tempo de obscuridade, conforme coloca Ruggie. Não havia uma definição concreta de modelo a seguir. Os valores e as regras do próprio mercado começavam a se modificar ao passo que o próprio mercado mundial ia tomando novas formas e perspectivas. Havia uma tendência crescente para formular a política monetária internacional em conformidade com as políticas sociais e econômicas domésticas – e não no sentido contrário. Nesse período, a Inglaterra já tinha declinado e os Estados Unidos emergiam com, ainda, uma possível tendência a ocupar um espaço interessante no cenário internacional. Hoje, os Estados Unidos já não são considerados como o grande “hegemon”, apesar de ainda manter grande influência no cenário mundial, mas é importante observar que o Estado mantém uma recíproca parceria político-econômica com a Inglaterra.

#### **4. Brasil e Estados Unidos**

“Os Estados Unidos já foram o principal parceiro comercial do Brasil. Neste momento temos uma relação comercial de cerca de 100 bilhões de dólares, mas sabemos que isso pode crescer. Há maneiras de identificar os obstáculos e facilitar as trocas.” A declaração foi dada pela atual embaixadora dos Estados Unidos no Brasil, Liliana Ayalde, à revista EXAME, publicada em 2 de fevereiro de 2015<sup>6</sup>. Durante a entrevista, Ayalde falou sobre o enfraquecimento das relações entre os países e o desconforto depois que Edward Snowden, ex-técnico da Agência Nacional de Segurança, revelou, em setembro de 2013, que os Estados Unidos estavam monitorando conversas da presidente do Brasil, Dilma Rousseff e dados da Petrobras.

Quando questionada pela publicação se a relação entre os países estaria estagnada, por exemplo, a embaixadora respondeu: “Está. Por isso existe uma frustração. Mas temos de aproveitar as relações próximas que existem entre as pessoas e as empresas dos dois países. Percebo que agora há um interesse do Brasil.

---

<sup>6</sup> O pior da crise entre EUA e Brasil passou, diz embaixadora. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1083/noticias/a-espera-do-brasil?fullsite=true> , acesso em 02/03/2015.

O país precisa de sinais de confiança, e aumentar a parceria com os Estados Unidos seria positivo” (*sic*).

Para acrescentar informações a este artigo, foram enviadas as mesmas perguntas, respondidas pela Embaixada do Reino Unido no Brasil, para a Embaixada dos Estados Unidos, porém a assessoria de comunicação informou que não seria possível atender à demanda, pois dependeria de autorização e avaliação específicas de profissionais baseados em Washington, EUA. Seguem as perguntas que ficaram sem resposta por parte do governo norte-americano:

- Hoje, qual a principal preocupação dos EUA com relação ao Brasil?
- Quais as principais parcerias entre EUA e Brasil?
- Qual o foco de atuação da política externa americana no Brasil?
- O que mudou nos últimos dez anos nas relações políticas e econômicas entre EUA e Brasil, segundo a visão americana? As parcerias aumentaram ou diminuíram? É possível qualificar e/ou quantificar?
- Os Estados Unidos enxergam o Brasil como uma potência regional?
- Que vantagens existem em manter acordos bilaterais e comércio com o Brasil?
- Como os Estados Unidos vêem o atual momento econômico do Brasil?
- Como o governo americano viu e interpretou as eleições brasileiras?
- É possível citar pelo menos dois pontos positivos e dois negativos de cada um dos principais candidatos (Aécio, Dilma, Marina, Eduardo Campos) com relação aos interesses / à política externa estadunidense?
- Como a notícia da morte de um dos candidatos chegou aos americanos?
- Por que as eleições presidenciais brasileiras são importantes para os Estados Unidos?
- Qual a grande diferença entre acompanhar um processo eleitoral presidencial brasileiro aqui no país, pelos jornais locais, e à distância, pelos jornais americanos?
- Por que é importante para o governo dos EUA manter-se informado sobre as decisões políticas e econômicas do Brasil?
- O que mais preocupou os Estados Unidos durante o turbulento processo eleitoral presidencial brasileiro?
- Como o governo americano recebeu a reeleição de Dilma Rousseff?

Em 2006, último registro disponível no portal do Ministério da Indústria e Comércio Exterior Brasileiro, os Estados Unidos apareciam como principal país fornecedor ao Brasil, com 16,2% de participação, e como principal comprador também, com 18% das exportações do Brasil. Já em 2014, é possível notar uma quebra na parceria comercial entre os países. O Brasil exportou, em primeiro lugar, soja e derivados (14%), minérios (12,6%) e petróleo (11,2%), o que demonstra que o país mantém-se como uma nação essencialmente extrativista, fornecedor de matéria-prima. Entre os parceiros comerciais que apareceram no relatório do ano passado como principais mercados de destino de exportações, primeiramente aparecem os países da Ásia (32,7% do volume total exportado), seguidos por parceiros da América Latina e Caribe (20,5%) – sendo os países divididos entre integrantes do

Mercosul (11,1%) e o restante da região (9,3%). A União Europeia apareceu como a terceira região que mais importou produtos brasileiros (18,7%), seguida pelos Estados Unidos (12,1%).

Ainda assim, os Estados Unidos foram o segundo país que mais comprou produtos do Brasil (12%) e mais vendeu (15,3%), tendo à frente apenas a China que comprou mais (18%) e vendeu mais (16,3%) para o Brasil.

Os Estados Unidos são, hoje, a principal nação cuja visão essencialmente liberalista perdura. No atual mundo globalizado, torna-se muito importante a manutenção do *status quo*, no caso das nações desenvolvidas em posição de dominação, ou seja, detendo um virtual monopólio do poder e, como também bem colocado Edward H. Carr, para as quais a palavra de ordem, é segurança. Nesse cenário, se destaca, então, o posicionamento dos países e a preocupação da manutenção de uma estabilidade global.

Política e economicamente, uma guerra traz muitas desvantagens aos Estados que, por sua vez, acabam se mobilizando para evitar esses confrontos e manter o equilíbrio global. Surge, num ambiente tenso pré-guerra, o questionamento sobre a necessidade quase que embutida da figura de um “hegemon”, um Estado capaz de regular os demais, um líder global – ou seja, capaz de exercer uma espécie de governança - por meio de uma dinâmica – por sua vez, caracterizada por um regime. De acordo com a definição de Stephen Krasner - convergente tanto no discurso de Waltz (1999) como no de Ruggie (1982),

“os regimes internacionais são definidos como princípios, normas, regras e procedimentos de tomada de decisões de determinada área das relações internacionais em torno dos quais convergem as expectativas dos atores” (KRASNER, 2012:94)

No período entre guerras, a Inglaterra, que até a 1ª Guerra Mundial ocupou a posição de “hegemon”, já tinha declinado e os Estados Unidos emergiam com, ainda, possível tendência a ocupar um espaço interessante no cenário internacional.

Assim, no pós-segunda guerra mundial, o mundo revirou-se. A nova ordem mundial se instalou e a partir da polarização, o capitalismo se fortaleceu e passou por seu maior ciclo de crescimento com o acordo de *Bretton Woods*, definindo que cada país seria obrigado a manter a taxa de câmbio de sua moeda “congelada” ao dólar, com margem de manobra de cerca de 1%, sendo que a moeda americana estaria

ligada ao valor do ouro em uma base fixa. Nesse contexto, foram criados o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional – instituições multilaterais que acompanhariam esse novo sistema financeiro e garantiriam a liquidez da economia. Surge, então, um novo “hegemon” no Ocidente – os Estados Unidos - uma vez que sua moeda regia o mundo e o país consolidava sua supremacia nos setores industrial, militar e tecnológico. Esse bom momento segue até 1971, com o colapso do sistema *Bretton Woods* e o direcionamento para uma ordem mercantilista.

Ruggie e Waltz concordam que o fato de uma nova ordem multilateral ganhar aceitação refletiu o extraordinário poder e perseverança dos Estados Unidos. Mais do que qualquer outro Estado, reforça Waltz, os Estados Unidos fizeram as regras e mantiveram as instituições que moldaram a política econômica internacional.

Por outro lado, Ruggie coloca que esse multilateralismo foi acoplado a uma busca pela estabilidade doméstica, e uma passou a condicionar uma a outra, refletindo a legitimidade compartilhada de uma série de objetivos sociais para os quais o mundo industrial havia se transformado, de forma desigual, mas como uma “entidade singular”. Neste ponto, Ruggie e Waltz são divergentes. Para Waltz, países se adaptam, protegem a si mesmos, mas cada um de seu modo, ou seja, diferentes nações, com distintas instituições e tradições, se protegem de maneiras diferentes:

“I find it hard to believe that economic processes direct or determine a nation’s policies that spontaneously arrived at decisions about where to place resources reward or punish a national economy so strongly that a government either does what pleases the “herd” or its economy fails to prosper or even risks collapse [...] Global or world politics has not taken over from national politics.” (WALTZ, 1999: 5-6)

Mas Waltz enfatiza que as decisões e os atos de um país, ou vários países, chegam a concordar, moldando instituições internacionais políticas e econômicas e que, assim, os governos, agora, intervêm muito mais na economia internacional do que faziam quando os estados mantinham uma relação de interdependência e não de integração como hoje se dá. Tal ponto concorda com os argumentos de Ruggie, que acredita que o lado forte do “liberalismo embutido” seja a habilidade de acomodar e até facilitar externar os ajustes de preços, custos, seja por meio de inflação, pressão das autoridades públicas nacionais e internacionais nos mercados privados, entre outros.

Essa formatação da economia global funcionou muito bem para países como Estados Unidos, da Europa ocidental e Japão, por exemplo, apesar de desenvolverem políticas internas distintas, tendência acima apresentada (de acordo com Kenneth Waltz), mas os países em desenvolvimento acabaram, justamente por ter uma economia mais fragilizada, se escorando no enriquecimento dos países mais desenvolvidos. Ambos os autores concordam nessa análise. Para Ruggie, tem havido uma desproporção na estabilização dos preços no mercado interno dos países em desenvolvimento, enquanto Waltz expõe seu posicionamento de uma maneira mais clara ao dizer que países ricos têm se tornado mais ricos ao passo que países pobres se mantêm pobres.

Contudo, vale destacar que hoje o mundo se encontra em uma nova formatação que pode exigir uma reformulação do próprio regime atual. Como o próprio Ruggie coloca, seria essa também uma das essências do "liberalismo embutido" ou "*embedded liberalism*", um liberalismo que acabou sendo reformulado depois da Segunda Guerra Mundial e se desenhou de forma diferente do que havia sido previsto. Fatos recentes como em que os Estados Unidos passaram por recente crise que chegou a trazer dúvidas sobre o futuro de sua moeda, para os mais pessimistas, e de sua hegemonia, nos fazem refletir sobre uma possível nova transição.

Nesse contexto, os países emergentes já tiveram uma postura diferente e passaram por tal momento se segurando um pouco mais que o esperado. Como previsto por Carr, uma força de poder dos países não satisfeitos com o *status quo* poderia ser motivo de constante preocupação. Tais países também começaram a se organizar economicamente, criando blocos e bancos, como no caso do BRIC'S, em que o Brasil é um dos importantes membros.

Hoje, existe um cenário menos confortável para os Estados Unidos com relação ao Brasil do que como fora visto durante os anos 1990 e início de 2000, quando o governo Fernando Henrique Cardoso tinha uma política voltada para o agronegócio, tendo o país norte-americano como principal parceiro comercial. A partir de 2003, quando começou o governo do presidente Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010), o Brasil voltou seus olhos para parcerias comerciais com países cuja troca político-econômica poderia ter maior favorecimento e começou a buscar

posições de destaque no cenário internacional. A exemplo disso está o avanço do Brasil em espaços internacionais relevantes, protagonizando, inclusive, fatos e discussões de interesse regional e extrarregional, o que permitiu que o país conseguisse se projetar como uma nação a ser cada vez mais respeitada no cenário decisório internacional contemporâneo, demonstrando que possui considerável capacidade de contribuir para a governança global.

No âmbito regional, é importante destacar a retomada das negociações do Mercosul e a negação à ALCA durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, com um novo impulso a partir da confluência dos governantes e a expansão do bloco com a inserção da Venezuela, uma articulação influenciada pelo recente estreitamento das relações políticas do Brasil com o país vizinho, num processo de integração binacional que avançou principalmente na área de fronteira amazônica, importante ponto de interesse da América do Sul. Vale destacar ainda, um esforço relevante em 2008 quando, por meio do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o governo brasileiro anunciou como continuação da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE), de 2004, a criação da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP) a fim de promover a integração produtiva, estimular a exportação dos países latino-americanos para o Brasil e apoiar o financiamento e a capitalização de empresas latino-americanas, promovendo a integração da infraestrutura logística e energética. Na mesma linha, o Brasil também foi agente em outras ações de integração dos países da América Latina e Caribe com a criação da UNASUL – União de Nações Sul-Americanas, fomentando, ainda, projetos como o IIRSA - Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana, com o objetivo de ser um organismo capaz de promover a integração não apenas do comércio, mas também de finanças, infraestrutura, comunicação, transporte, matriz energética, sistema educacional, saúde, estratégias científicas e tecnológicas.

Já na esfera extrarregional, o Brasil se destaca ao se unir aos cinco principais países em desenvolvimento – Rússia, Índia, China e África do Sul - e formar um novo bloco com um banco de desenvolvimento e um fundo monetário próprios que desafiam veladamente a até então presente governança global, trazendo não só uma nova forma de governança como também demonstrando sua capacidade de articular

parcerias dentro e fora de seu continente ao estreitar relações políticas e comerciais com potenciais países importadores de produtos e consumidores de tecnologia, promovendo diálogo, identificação de convergências e concertação em relação a diversos temas e a ampliação de contatos e cooperação em setores específicos.

Ao sediar o último encontro dos líderes do bloco, o Brasil demonstrou-se um articulador capaz de promover diálogos entre países e diminuir a resistência entre eles num processo decisório, comprovando assim que sua capacidade diplomática vai além de uma política de boa vizinhança, capaz de mostrar-se persuasiva num grupo que se propõe a ser uma ferramenta de multilateralismo e democratização das relações internacionais. O governo brasileiro também se dispôs a alterar o funcionamento da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), um dos pilares da diplomacia nacional em países pobres ou emergentes, já no governo Dilma Rousseff (2011-2014), a fim de que a nova agência ajudasse a viabilizar investimentos em países em desenvolvimento, como os do continente africano, uma vez que, até então, as ações da ABC, financiadas a fundo perdido, buscavam compartilhar políticas públicas e capacitar funcionários dos governos favorecidos. O discurso iniciado no governo anterior se contrapunha a um modelo de cooperação com contrapartidas, executado por algumas potências, o que coloca o Brasil numa posição de alternativa aos modelos consolidados de governança global.

Ainda demonstrando interesse em participar efetivamente das questões econômicas globais, o Brasil se coloca como um dos principais interessados nos processos decisórios do G-20, grupo que nasceu e em resposta à crise financeira, quando se viu que era preciso incluir os principais países emergentes nas grandes discussões e decisões, pelo peso que passaram a ter suas economias no cenário internacional. Dele fazem parte todos os membros do G-8, além de China, Índia e Brasil, entre outros. A crise financeira global agravada no fim de 2008 ressaltou a importância crescente das economias emergentes, entre as quais a brasileira, principalmente porque essa crise teve origem nos Estados Unidos e afetou países da Europa como Portugal, Irlanda, Grécia e Espanha.

Deste modo, o Brasil, na última década, se manteve galgando posições de destaque nas negociações internacionais, se colocando presente nas principais discussões globais, apresentando-se com seu perfil diplomático apaziguador, porém

não menos ativo, angariando posições de destaque perante organismos internacionais. A diretoria-geral da FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação), por exemplo, após 66 anos da instituição, teve pela primeira vez à frente um brasileiro, José Graziano da Silva. O ex-ministro do governo Lula, foi eleito com 92 votos a 88 para o candidato espanhol, Miguel Moratinos.

Tal vitória que teve um significado além da importância primeira de se ter o Brasil encabeçando uma relevante instituição - mesmo que a FAO tenha perdido ao longo dos anos o protagonismo na questão agrícola mundial – deixou uma sensação de uma disputa Norte/Sul num momento em que o mundo se via na eminência de forte elevação dos preços dos alimentos, com a grande demanda dos países emergente seja pela falta de investimentos nos países produtores ou pelo protecionismo dos ricos, importante fator inibidor do crescimento do mercado para os países tropicais.

Mas outro brasileiro teve importante destaque perante um dos mais importantes organismos internacionais, o que expõe a ampla capacidade do Brasil de atuar efetivamente como parceiro ativo numa governança global. Mesmo sendo o Brasil um país com reduzida participação no comércio global, o brasileiro Roberto Azevedo foi eleito diretor-geral da OMC (Organização Mundial do Comércio) e teve como primeiro desafio presidir uma reunião ministerial da OMC em Bali, Indonésia, cujo principal objetivo o avanço nas negociações da Rodada Doha, criada para liberalizar o comércio mundial. Mesmo com um grande ceticismo em torno da Rodada, o desafio foi cumprido com um acordo provisório que demonstra a capacidade de liderança do Brasil quando assume um papel mundialmente importante, uma vez que as negociações estavam travadas há 12 anos até essa provisória concessão.

O Brasil ainda tem outros interesses e se integrar ainda mais a outros temas da agenda internacional e, com sua postura apaziguadora e pacífica, se colocar à disposição para promover a manutenção da paz mundial. Seja liderando a Missão das Nações Unidas para a estabilização no Haiti (MINUSTAH), principal envolvimento do Brasil em operações de manutenção da paz, seja se dispondo a mediar o conflito entre israelenses e palestinos, como colocou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva

em visita na Cisjordânia, em 2010, ao dizer que o conflito entre tais povos precisava de uma voz equilibrada nas negociações, disponibilizando audaciosamente o país como essa voz, enfatizando a necessidade de se haver uma unidade para que não houvesse mais conflitos.

Assim, mais uma vez o país se coloca à disposição de se apresentar como um líder nato, a fim de, com sua capacidade pacífica e diplomática, se integrar aos principais assuntos da agenda global e colocar sua capacidade de governança como algo a serviço do mundo. Sendo assim, pode-se afirmar que o Brasil demonstra com participações efetivas sua inteira capacidade de gerenciar conflitos de âmbito global, em diferentes esferas, ao se projetar como importante líder não apenas regional, mas de interessantes e até mesmo provocadoras perspectivas globais ao colocar-se como elemento de ativa participação em diferentes instâncias das relações internacionais.

Hoje, há um cenário em que, mesmo que Waltz defenda que os Estados Unidos sejam o país mais importante economicamente e militarmente decisivo, o pluralismo de instituições internacionais assumidas por países inclusive em desenvolvimento traz novos desafios à governança global que necessita manter o equilíbrio em tensões ainda mais fortes, pois se vive, até mesmo em consequência do próprio liberalismo, uma preocupação intrínseca com o protecionismo do próprio mercado, visando valorização e o desenvolvimento que tanto tarda em países estratégicos mesmo que emergentes.

Se Ruggie chama atenção para um compromisso de liberalismo embutido que não se estendeu aos países em desenvolvimento cabe também lembrar que tais países não são apenas vítimas de um sistema que num primeiro momento acaba privilegiando os países com mais domínio de mercado, como bem Waltz coloca, tanto a economia internacional como a nacional depende de ser operada por meio de uma série de regras e instituições, sendo que essas tem que ser criadas e sustentadas, como fizeram os Estados Unidos.

Sendo assim, ambos mostram que um regime, sua alteração ou extinção depende de quem o governa e sua capacidade de governança. Cabe aos países se colocarem à altura de se organizarem a ponto de seguir suas próprias regras e convicções dentro do sistema em que hoje se encontram - um desafio nada fácil.

Por fim, é importante salientar que entram nesses desafios questões como sustentabilidade e metas sociais colocadas por organismos internacionais que também se movimentam e acabam por interferir nas próprias relações de mercado. Como enfatizou Waltz (1999), o mundo está ainda mais interligado, com comunicação instantânea e alta tecnologia integrando não só o mercado, mas os interesses políticos dos estados cada vez mais unidos.

### **5. Eleições presidenciais brasileiras: *The New York Times* x *The Guardian***

Como visto anteriormente, um dos grandes responsáveis por diminuir as distâncias entre as nações e seus interesses político-econômicos é a imprensa, que traduz fatos cotidianos, inusitados, relevantes dos diversos setores da sociedade. Numa democracia, por exemplo, em que os representantes da população são eleitos para assumirem cargos decisivos para determinação dos rumos de um país, as eleições são um momento de extrema importância que atrai os olhos de todas as camadas da sociedade e, principalmente, do poder tanto interno, a exemplo dos grandes empresários e conglomerados, quanto externo, como líderes políticos de diversas nações.

As eleições presidenciais brasileiras do ano de 2014 foram, inegavelmente, um marco para a democracia do Brasil. Precedidas por uma onda de protestos no ano anterior, por eventos mundiais que alteraram a estrutura física do país e os ânimos dos brasileiros – a Copa das Confederações e a Copa do Mundo de Futebol – e chamaram a atenção do mundo para o país, os brasileiros vestiram-se de verde e amarelo também para ir às urnas, como foram aos jogos da seleção brasileira.

Demonstraram no pleito, bem como nas redes sociais, sua posição política e sua insatisfação com o governo atual, num resultado surpreendente do exercício da democracia: uma eleição acirrada como nunca se viu no país. No segundo turno, os candidatos da coligação “*Com a Força do Povo*”, Dilma Rousseff, e seu vice, Michel Temer, tiveram 54.501.118 votos (51,64% dos votos válidos), e os candidatos da coligação “*Muda Brasil*”, Aécio Neves e seu vice, Aloysio Nunes Ferreira, receberam 51.041.155 votos (48,36% dos votos válidos), de acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O período eleitoral foi tão emocionante quanto expectativa gerada durante a contagem acirrada de votos – e tudo foi retratado pelos jornais de todo o mundo e, no meio online, em sua maioria, atualizados minuto a minuto, assim como era feita a divulgação dos resultados preliminares pelo TSE.

As eleições presidenciais brasileiras de 2014 tiveram 12 candidatos: Aécio Neves, Dilma Rousseff, Eduardo Campos, Eduardo Jorge, Pastor Everaldo, Levy Fidelix, Zé Maria, Eymael, Luciana Genro, Marina Silva, Mauro Iasi e Rui Costa Pimenta. Assim como os veículos de comunicação brasileiros, tanto o *The New York Times* como o *The Guardian*, neste trabalho analisados, também deram maior destaque para os três candidatos que apareciam nos primeiros lugares nas pesquisas de intenção de votos: Aécio Neves, Dilma Rousseff, Eduardo Campos e Marina Silva (lembrando que Campos foi substituído por Silva depois da morte dele).

### *Os candidatos e a política externa de cada um*

- **Aécio Neves** (PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira) – Coligação “Muda Brasil”: PSDB/ PMN/ SD/ DEM/ PEN/ PTN/ PTB/ PTC/ PT do B) – vice: Aloysio Nunes Ferreira

O candidato apresentou, em seu plano de governo, dois tópicos voltados para as relações internacionais do país – um sobre comércio exterior e outro sobre política externa. Entre as principais propostas, observa-se que há uma grande preocupação com a retomada das negociações de acordos comerciais e ao apoio ao investimento externo de empresas brasileiras, dando preferência para as negociações com os Estados Unidos, com a exportação de manufaturados brasileiros, e visando a União Europeia, citada como sendo o bloco principal de mercado para as exportações brasileiras, de acordo com o plano.

Para tal, entre as medidas apontadas pela coligação estiveram redução do “custo Brasil”, redução da carga tributária sobre as exportações, simplificação da legislação de comércio exterior e a desburocratização das aduanas e dos portos, e restabelecer a primazia da liberalização comercial e o aprofundamento dos acordos vigentes e para, em relação ao Mercosul. O documento ainda citava a China como

um mercado importante, mas não destina nenhum planejamento para as relações com o país.

- **Dilma Rousseff** (PT - Partido dos Trabalhadores) – Coligação “Com a Força do Povo”: PT/ PMDB/ PSD/ PP/ PR/ PROS/ PDT/ PC do B/ PRB) – vice: Michel Temer

A coligação conduzida principalmente por PT e PMDB apresentou um plano de governo que relembrou os feitos dos últimos 12 anos de governo. Sem especificar os planejamentos para o próximo mandato, Dilma Rousseff abriu o setor que fechou o texto de plano de governo enfatizando que será dada prioridade às regiões América do Sul e América Latina e Caribe (*sic*), com o fortalecimento do Mercosul, da Unasul e da Comunidade dos Países da América Latina e Caribe (CELAC), buscando a integração da região por meio do “fomento ao comércio e da integração produtiva” (*sic*), com ênfase na integração financeira e das infraestruturas física e energética.

O plano também destacou o interesse na manutenção dos BRICS e colocou que existia interesse em manter relações bilaterais com países desenvolvidos como o Japão e os da União Europeia, bem como os Estados Unidos, colocados como importantes aliados políticos, econômicos e tecnológicos. O documento ressaltou, ainda, o interesse num mundo multipolarizado e na luta pela reforma dos principais organismos internacionais como a ONU, o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, entre outros.

- **Eduardo Campos** (PSB - Partido Socialista Brasileiro) – Coligação “Unidos pelo Brasil”: PHS / PRP / PPS / PPL / PSB / PSL) – vice: Marina Silva

Ao contrário dos demais candidatos aqui explorados, Campos não dedicou um espaço exclusivo para falar sobre as ações a serem tomadas no campo das relações exteriores. Ele expôs, em seu plano de governo, durante o texto redigido segmentado em diversos assuntos focados nos interesses internos do país, a intenção de consolidar os investimentos em infraestrutura e nos sistemas de logística, viabilizando o aumento e escoamento da produção agropecuária nacional, e de

fortalecer acordos comerciais bilaterais com parceiros estratégicos para a agropecuária brasileira.

Outro ponto, além da segurança nacional e da perspectiva de alcance da autonomia nacional e da garantia da soberania brasileira, apontou o interesse em criar uma política de inovação tecnológica, que articulasse os esforços do governo federal na construção de uma estratégia de desenvolvimento para fortalecer a inserção da economia brasileira no cenário internacional.

- **Marina Silva** (PSB - Partido Socialista Brasileiro) – Coligação “Unidos pelo Brasil”: PHS / PRP / PPS / PPL / PSB / PSL) – vice: Beto Albuquerque

Marina iniciou a campanha no dia 23 de agosto de 2014, uma semana depois do velório e sepultamento de seu antecessor Eduardo Campos. Como era candidata a vice-presidente, seu nome surgiu como sucessora natural. Mas, em seu novo plano de governo apresentado às pressas às autoridades eleitorais brasileiras, a candidata expôs algumas características próprias de sua caminhada política. Ela destacou três principais focos de campanha: reforma na maneira de conduzir a administração pública, uma economia voltada para o desenvolvimento sustentável, políticas sociais e educacionais. Os planos voltados para a Política Externa foram expostos na primeira parte de seu programa, que tratou sobre a reforma política e a mudança no modo de conduzir a gestão pública.

Em resumo, a partir da página 28 de seu plano de governo, a coligação defendeu a internacionalização da economia brasileira, destacando a necessidade de recuperar e reforçar os laços econômicos com os Estados Unidos, a manutenção do interesse num mercado regional, colocando o país como líder regional, como determinado no Artigo IV da Constituição Brasileira (1988) – Parágrafo único: “A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações”.

No plano, Marina Silva reforçou que seria importante para o desenvolvimento do Brasil retomar os entendimentos com os Estados Unidos e com a União Europeia, porém não cita o Reino Unido, entre os países destacados, mesmo que tenha dado

ênfase à manutenção das parcerias voltadas para a educação, por exemplo. Chamou a atenção o fato que a candidata eleva a necessidade de ampliar mercados com outros países da América do Sul e do Caribe que não integram os blocos já existentes do qual o Brasil faz parte como Unasul e Mercosul. Ela ainda enfatizou que manter mercado com a China continuaria sendo um grande interesse, porém não via como positiva a manutenção das relações com os outros países entre os BRICS, por exemplo, mudando o foco para uma parceria maior com os países do norte, por meio de acordos bilaterais e políticas de estímulo à cooperação empresarial nas múltiplas áreas de complementaridade industrial ao reforço do intercâmbio tecnológico e educacional, mas também demonstrou interesse em insistir na reivindicação e que as chefias do FMI e do Banco Mundial deixassem de ser monopólios de europeus e norte-americanos.

### *A cobertura jornalística*

“The representative function of political journalism is today enhanced by the availability of fast, interactive technologies such as email, text messaging and blogging, all of which provide new ways for citizens to communicate with political elites and participate in public debate.” (MCNAIR, 2009: 239)

O noticiário do *nytimes.com* e do *theguardian.com* foi acompanhado desde a confirmação dos primeiros candidatos a presidência da república até a eleição de Dilma Rousseff, no dia 26 de outubro de 2014, utilizando as mesmas palavras-chave para a busca das reportagens (Brazil – Elections - 2014). O *nytimes.com* acompanhou as eleições presidenciais brasileiras com correspondentes *in loco*, assim como o *theguardian.com*, porém o primeiro também utilizou textos divulgados pela agência de notícias Reuters, diferentemente do segundo, que não fez uso de outra fonte de notícias que não o próprio enviado para a cobertura (ou, pelo menos, não deixou explícito o uso de agências em suas publicações no período eleitoral brasileiro analisado).

### *The New York Times*

O jornal *The New York Times*, fundado em 1851, ainda pode ser considerado o mais influente do mundo, durante boa parte do século XX exerceu efetivamente o

"quarto poder" nos Estados Unidos. Como acontece em toda grande instituição, o interior do *The New York Times* abrigou lutas e batalhas pelo poder, numa guerra traduzida em conflitos de personalidade, manipulações, choques de interesses, alianças táticas, vitórias exultantes e decepções profundas. Hoje, o jornal de papel perde espaço para o meio virtual, mas a importância do veículo que se consolidou como uma instituição mundial é mantida.

Sua orientação política, por vezes questionada dentro e fora dos Estados Unidos por cidadãos comuns e acadêmicos, já fora por muitas vezes motivo de polêmica. O *The New York Times* é considerado um veículo mais progressista e é definido pelas orientações de mercado que são defendidas pelo seu país – seus interesses são voltados para uma economia liberal. Tal orientação também pode ser percebida nas notícias veiculadas pela agência *Reuters* que, apesar de britânica, tem um direcionamento político-econômico semelhante e, talvez por isso, integre o escopo de notícias publicadas pelo *The New York Times*. Sobre as eleições brasileiras, ficaram claros alguns direcionamentos dados pela cobertura que foram expostas no presente trabalho separadamente, pontuados abaixo de acordo com o tratamento e o espaço dado a cada um dos candidatos.

- **Aécio Neves:** É nítido o cuidado que o jornal teve ao falar do candidato. Em todas as publicações, Neves foi mencionado com referências positivas, sendo citado como o maior desafiante de Dilma Rousseff e o candidato favorito do setor de comércio e negócios. Em uma reportagem especial sobre o plano de governo dos candidatos feita pela *Reuters*, publicada no *nytimes.com* no dia 27 de agosto de 2014, por exemplo, foram citadas sete propostas da candidata Dilma Rousseff (políticas sociais, reforma política, impostos, trabalho, infraestrutura, universalização da internet, indústria), cinco de Marina Silva (política econômica, inflação, impostos, Petrobras, Banco Central) e nove propostas de Aécio Neves, sendo todas voltadas para a área econômica e das relações exteriores (crescimento e investimento, política cambial, preço da gasolina, infraestrutura, negócios e política externa, redução da estrutura governamental e da burocracia, disciplina fiscal e o compromisso em colocar Armínio Fraga no comando das finanças do país).

Aécio também foi lembrado nas reportagens da agência *Reuters* e do próprio *nytimes.com* por ser o sucessor de Fernando Henrique Cardoso, presidente da República entre os anos de 1994 e 2002, cujo governo é destacado por ter introduzido o programa de estabilidade econômica e ter “radicalmente reestruturado a economia” (*sic*) do país, e por ser do PSDB, ocupando a extrema direita.

- **Dilma Rousseff:** A todo tempo mencionada como predecessora de Luís Inácio Lula da Silva, por sua vez lembrado como o político mais popular do Brasil, a candidata Dilma Rousseff foi referida como antipática e sem carisma nas reportagens da *Reuters* publicadas no *nytimes.com*. Ela foi lembrada, com crítica, que Dilma Rousseff falara das falhas do governo de Fernando Collor (presidente eleito em 1989 e retirado por meio de *impeachment* motivado por corrupção), mas, “ironicamente” (*sic*) tinha o político como aliado em seu governo. Na reportagem elaborada pelo próprio corresponde no Brasil, em 7 de setembro de 2014, o *The New York Times* falou sobre escândalos de corrupção na Petrobras que eclodiram próximo às eleições, afirmando que as revelações complicavam a situação de Dilma.

Outro ponto destacado nas coberturas foi a oscilação da bolsa de valores durante a divulgação das pesquisas eleitorais em que Dilma Rousseff aparecia na frente. A cada divulgação, queda da Bolsa de Valores de São Paulo e maior tensão nos mercados. A então presidente do país foi, em praticamente todas as reportagens publicadas no período e analisadas no presente artigo, lembrada pelas políticas sociais para redução da pobreza, pelos escândalos de corrupção e pelo maior controle estatal das empresas de energia e dos bancos.

- **Eduardo Campos:** Surgindo como uma opção nova na corrida eleitoral pela presidência do Brasil, em 14 de abril de 2014, a agência *Reuters*, em reportagem publicada no *nytimes.com* enfatizou que Campos confirmara a candidatura e tinha como parceira a ambientalista Marina Silva que poderia ajudá-lo levando milhões de votos para ele também. O fato de ter sido governador de Pernambuco por duas vezes também o fazia um forte concorrente diante de uma presidente que tentava a reeleição enfraquecida pelos recentes acontecimentos do país, segundo o jornal. Depois de então, já durante a campanha eleitoral, o nome de Campos foi fortemente

visto quando o candidato tornou-se notícia por sua trágica morte num acidente de avião em Santos, litoral de São Paulo. A partir do acidente, o candidato passou a ser mencionado sempre que o nome de Marina Silva era citado em alguma reportagem, lembrando seus antecedentes e sua origem nordestina.

- **Marina Silva:** A candidata foi destaque nas notícias do *nytimes.com* desde sua parceria com o então candidato à presidência, Eduardo Campos, pelo PSB. Mas ela ganhou ainda mais notoriedade após a morte de Campos, com a especulação de que ela poderia assumir a concorrência pela presidência do país ganhando, inclusive, uma reportagem inteiramente dedicada à ela quando foi escolhida para o lugar de Campos. Marina foi lembrada por ter nascido na Amazônia, mais precisamente no Acre e por suas dificuldades de saúde e de estudo. O veículo também deu destaque pelo fato de Marina ser apoiada pela comunidade evangélica e lembrou sua atuação como ministra do meio ambiente. Em diversas reportagens, Mariana Silva foi mencionada como alguém que se dizia contra os interesses do agronegócio e a favor da preservação da Amazônia, apresentando a contraposição de postura de seu candidato a vice-presidente, com fortes ligações aos interesses do agronegócio.

### *The Guardian*

Fundado em 1821, o *The Guardian* é um dos jornais mais tradicionais do mundo. A publicação britânica surgiu com a intenção de promover os interesses liberais inicialmente durante a batalha de Peterloo em Manchester, na Inglaterra – protesto popular contra a forma de funcionamento do parlamento. Os princípios do jornal sempre foram mantidos. Com o tempo, o *The Guardian* moldou-se voltado à defesa da classe trabalhadora, o que os britânicos classificam como “*Labour*”.

Um jornal considerado pelos britânicos como “*left wing*”, ou seja, mais à esquerda apesar de progressista, com ligação aos sindicatos britânicos, e simpático às causas levantadas pelo Partido Verde, aqui no Brasil (para eles, “*Green*”). Hoje, a versão *online* do jornal é tratada como o coração da estratégia do veículo para manter-se no mercado com a independência que sempre procurou ter. E foi tal versão a consultada para acompanhar a cobertura das eleições presidenciais brasileiras como

seguem as análises feitas, pontuando as características que mais chamaram a atenção ao reportarem cada candidato.

- **Aécio Neves:** O candidato pelo PSDB à presidência do país nas eleições de 2014 foi muito pouco mencionado pelo jornal britânico *The Guardian*, que de fato destinou um destaque maior para as duas outras candidatas que, inclusive, protagonizaram embates e comparações ao longo da cobertura. O jornal mencionou que Fernando Henrique Cardoso foi o principal arquiteto do Plano Real e o predecessor de programas sociais como o Bolsa Família, apesar de colocar o programa como algo instituído em 2004.

Com a saída de Marina Silva da concorrência à presidência no país, no segundo turno o nome de Neves foi mais visto durante a cobertura, porém, considerada nesta análise um pouco mais equilibrada do que era visto até então, apesar da candidata do PSB ter se tornado referência a partir do segundo turno como aliada de Aécio Neves. A disposição do candidato para promover uma reforma estrutural mais crítica no país foi comparada à de Dilma Rousseff e, então, classificada como maior.

- **Dilma Rousseff:** Na véspera das eleições, a candidata pelo Partido dos Trabalhadores à reeleição, no dia 3 de outubro, foi destaque para o jornal, que colocou no título a seguinte frase: “Dilma Rousseff está na primeira posição assim como os brasileiros tem que votar pelas suas carteiras”. A crítica no início da reportagem não foi amenizada na sequência do texto que destacava que, apesar do ano cheio de turbulências, ela ainda emergia como a candidata favorita. A reportagem ainda lembrou que Dilma tem como formação o que chamam de ativismo marxista. Sempre com comparativos a Marina Silva, o jornal também fez referências às políticas de redução de pobreza, como o Bolsa Família.

O escândalo de corrupção na Petrobras também foi notícia do *The Guardian*, que destacou que a empresa estatal é um pilar da economia do país. A reportagem também recordou outro escândalo de corrupção no país, o “Mensalão”. É interessante observar que a reportagem de 17 de setembro de 2014 – modificada em 3 de outubro de 2014, terminou com uma análise comparativa, dizendo que Dilma Rousseff estaria

para Bush na tentativa de apoiar grandes companhias assim como Marina Silva estaria para Gore na tentativa de salvar o mundo.

- **Eduardo Campos:** Mesmo durante o anúncio de que Eduardo Campos estaria à frente do PSB nas eleições presidenciais de 2014, Mariana Silva ainda era destaque como a ambientalista parceira dele. Campos foi citado poucas vezes ao longo da cobertura, destaque para a reportagem de 15 de abril de 2015, sobre o dia em que Marina foi anunciada como candidata a vice, quando o jornal se referiu mais uma vez positivamente a ela e, ao mencionar Campos, lembrou que ele estava sendo criticado por desenvolver uma “economia lenta”, pelo atraso nos preparativos para a Copa do Mundo e retirar seus esforços para proteger a Amazônia.

Porém, assim como nos demais jornais, sua trágica morte num acidente de avião foi motivo para diversas reportagens no período. O *The Guardian* lembrou, na ocasião, a origem de Eduardo Campos, fazendo referências a seu avô, Miguel Arraes de Alencar. Na maioria das reportagens que foram analisadas, Campos apareceu como referência à candidata Marina Silva, com menções de sua dedicação ao Estado de Pernambuco e sua aprovação na região.

- **Marina Silva:** Logo após a tragédia que vitimou o então candidato Eduardo Campos, assim como o *The New York Times*, o *The Guardian* também dedicou uma matéria exclusiva para falar sobre o perfil de Marina Silva, na época apontada como provável sucessora de Campos, destacando que, se ela se tornasse de fato candidata, estaria no segundo lugar nas pesquisas de intenção de voto, correndo ao lado da primeira colocada, Dilma Rousseff. O jornal reforçou que nas últimas eleições (2010), Marina tivera pouco tempo de propaganda política para se apresentar ao povo e o Partido Verde (seu partido, na época) não era uma máquina de fazer campanha. Nas eleições de 2014, então, a morte de Campos também estaria servindo de vitrine para a candidata.

Na reportagem, assim em como toda a cobertura, o veículo ressaltou que Marina havia sido ministra do meio ambiente e deu amplo destaque para sua infância pobre na Amazônia, sem recursos, com doenças, sem mencionar sua orientação religiosa. É comum ver, em mais de uma reportagem, Marina sendo referida como a

ministra que enfrentou os interesses do agronegócio em prol da conservação da floresta Amazônica e dos territórios indígenas, e como a política com mais lutas por essas questões. Na edição do dia 30 de agosto de 2014, o jornal fez mais uma reportagem especial somente falando de Marina, questionando no título “*Will Brazil elect Marina Silva as the world’s first Green presidente?*”.

Mais uma vez o jornal enfatizou a origem pobre da candidata e seu engajamento com as questões ambientais. Ao comparar as eleições brasileiras de 2014 com uma telenovela por sua dramaticidade, o veículo ainda reforçou que Marina era uma “bizarra mistura contraditória entre tradição e modernidade, conservadorismo e radicalismo, dúvida e esperança” e colocou em destaque a opinião de um membro do PSB que comparou Marina Silva a Barack Obama. Numa terceira reportagem especial sobre a candidata, no dia 3 de outubro de 2014, véspera das eleições, o jornal destacou no título “*Brazil’s Marina Silva: a triumph for underdogs and a lesson for civil society*”.

## 6. Conclusão

A partir da orientação política de cada país e de seus respectivos veículos de comunicação neste artigo analisados, ficou claro que a diretriz política influencia na cobertura jornalística, que acabou apresentando nitidamente uma distribuição desigual de informações e na visão que um povo de uma determinada nação tem do outro que está sendo reportado, bem como na maneira que o mundo passa a fomentar suas opiniões também, uma vez que os jornais são de alcance mundial.

As eleições brasileiras terminaram com a vitória de Dilma Rousseff, que foi novamente empossada, no dia 1º de janeiro de 2015, para o seu segundo mandato. Apesar da dureza com que, como visto durante a pesquisa, ambos os jornais a trataram, e do apoio aos candidatos praticamente eleitos pelos respectivos veículos – Aécio Neves, *The New York Times*, e Marina Silva, *The Guardian* – não houve, até agora, retrocesso nas políticas exteriores dos Estados Unidos e do Reino Unido com relação ao Brasil e ambos os países enviaram representantes para a posse, mantendo seus interesses próprios.

“Na política internacional – onde a influência da opinião pública é um assunto que preocupa muito a história atual -, a rapidez com que muitas vezes se devem tomar decisões impediu, no passado, e ainda impede – apesar das pesquisas -, que aqueles que tomam decisões tenham tempo de conhecer o estado real da opinião pública, a qual, aliás, desconhece inúmeros elementos da situação. Nessas condições, muitas decisões de política externa foram e são tomadas sem a influência da opinião pública. (BECKER *in* RÉMOND, 1988: 202-203)

Essa abordagem voltada para o construtivismo social, que permitiu manter o foco no papel das ideias, do discurso e da identidade fez com que, dentro de uma análise subjetiva, se chegasse a uma melhor compreensão do processo. Assim, ao contrário do que foi imaginado, conclui-se que os meios de comunicação estrangeiros, bem como os nativos, desenvolvem reportagens carregadas de conteúdos ideológicos que, sim, orientam suas coberturas e conseqüentemente a visão do leitor sobre o que é reportado, porém quando se fala em Relações Internacionais, verifica-se que a influência do discurso é diferente.

Claramente existe uma orientação da visão do público externo e esse modo de formar opinião é que pode, inclusive, pressionar o governo local, no caso, brasileiro, a tomar determinadas atitudes, mas não porque os estrangeiros formaram uma determinada opinião e pressionaram seus Estados para isso, mas porque uma vez que a globalização permite que tais veículos de comunicação alcancem todo o mundo também faz com que sejam influentes para os habitantes do país reportado.

É possível que a representatividade e o peso que esses veículos têm perante o mundo motivem, também, o público interno que, no caso do Brasil, seria de um pouco mais qualificado, e para que o posicionamento chegue à massa dependeria de outros meios de comunicação que também serviriam como filtros. Ficou claro, nesta pesquisa, que as atitudes dos governos dos Estados Unidos e do Reino Unido, representados pelas embaixadas, independem dos jornais, mesmo que ainda se acredite que, em linhas gerais, os correspondentes internacionais sejam as grandes janelas de um Estado para outro e que as potências mundiais se utilizam dessas janelas. De qualquer modo, é preciso concordar que, assim como colocado por Becker (1988:203), tanto na política externa como na interna, é pouco verossímil que a opinião pública desempenha um papel importante nas decisões que, por sua vez, acabam sendo tomadas visando evoluir a opinião pública no sentido desejado. Bem como lembrado, ainda por Becker, Alain Girard defende, assim como constatado neste estudo, que a opinião pública não faz a política externa nem a interna, mas

nenhuma política pode ser feita nem conta nem sem ela, pois, talvez ela não esteja diretamente ligada aos acontecimentos, nem tenha poder de decisão, mas tem o poder de tornar ou não possível a política de seus representantes.

## Referências Bibliográficas

### Fontes primárias

Andrey Ford – Cônsul-Geral do Reino Unido no Brasil – Brasília, 06/03/2015

Embaixada do Reino Unido – Disponível em:

<http://www.brasilexport.gov.br/sites/default/files/publicacoes/indicadoresEconomicos/INDReinoUnido.pdf> - acesso em 02/03/2015

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior -

[http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl\\_1423144482.pdf](http://www.desenvolvimento.gov.br/arquivos/dwnl_1423144482.pdf) - acesso em 02/03/2015

*The Guardian* – Disponível em: <http://www.theguardian.com/uk>

*The New York Times* – Disponível em: <http://www.theguardian.com/uk>

TSE – Tribunal Superior Eleitoral – Divulgação das candidaturas. Disponível em:

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/sistema-de-divulgacao-de-candidaturas> - acesso em: 06/10/2014

TSE – Tribunal Superior Eleitoral – Plano de Governo – Aécio Neves. Disponível

em: <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000085/idarquivo/229?x=1404680555000280000000085> - acesso em: 06/10/2014

TSE – Tribunal Superior Eleitoral – Plano de Governo – Dilma Rousseff. Disponível

em: <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000083/idarquivo/194> - acesso em: 06/10/2014

TSE – Tribunal Superior Eleitoral – Plano de Governo – Eduardo Campos.

Disponível em: <http://divulgacand2014.tse.jus.br/divulga-cand-2014/proposta/eleicao/2014/idEleicao/143/UE/BR/candidato/280000000063/idarquivo/108?x=1404743247000280000000063> – acesso em: 06/10/2014

TSE – Tribunal Superior Eleitoral – Plano de Governo – Disponível em:

<http://marinasilva.org.br/wp-content/uploads/programa.pdf> - acesso em: 06/10/2014

### Fontes secundárias

Revista EXAME. “O pior da crise entre EUA e Brasil passou, diz embaixadora”. Disponível em <http://exame.abril.com.br/revista-exame/edicoes/1083/noticias/a-espera-do-brasil?fullsite=true> – acesso em 02/03/2015

### Artigos científicos

ALVARENGA, Cristiano. DA SILVA, Ronaldo P. **A internet como instrumento do Aldeia Global**. Uberlândia: Revista da Católica, v.1, n.2, p. 140-148, 2009.

KRASNER, D. Stephen. **Causas Estruturais e Conseqüências dos Regimes Internacionais: regimes como variáveis intervenientes**. Curitiba, v. 20, n. 42, p. 93-110, jun. 2012.

PAYNE, Gregg. **Structural and Social Forces Restricting Media News Content in Democracies: A Critical Perspective**. Journal of Humanities & Social Sciences. Vol. 2, Issue 1, 2008.

RUGGIE, Johan Gerard. **International Regimes, Transactions, and Change: Embedded Liberalism in the Postwar Economic Order**. *International Organization*, Vol. 36, Issue 2, International Regimes. Spring, 1982, p. 379-415.

### Livros

AGUIAR, Pedro. **Jornalismo Internacional em Redes**. Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Comunicação Social, 2008.

CARR, Edward. H. **Vinte anos de crise: 1919 – 1939. Uma introdução ao estudo das relações internacionais**. Brasília: UnB, 2001.

HANTZSCH, Thomas. WAHL-JORGENSEN, Karin. **The Handbook of Journalism Studies**. New York and London: Routledge, 2009.

HURRELL, Andrew. **Sociedade internacional e governança global**. Lua Nova, n. 46, 1999, p. 55-75.

JACKSON, Robert. SORENSEN, Georg. **Introdução às Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

MARSHALL, McLuhan. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. São Paulo: Ed. Cultrix, 2002.

NATALI, João Batista. **Jornalismo Internacional**. São Paulo: Contexto, 2004.

REMÓND, René. **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

VICENTE, Maximiliano M. **História e Comunicação na Nova Ordem Internacional**. São Paulo: Cultural Acadêmica, 2009.

WALTZ, Kenneth N. **Globalization and Governance**. Columbia University: PS Online, 1999.